

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



56

Discurso na cerimônia de sanção do projeto de lei que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DE 17 DE OUTUBRO DE 2001

Eu queria, brevemente, aludir à importância de que se reveste essa lei. É uma lei que está no Congresso Nacional há algum tempo. Eu me recordo de quando o Senador Teotônio Vilela era Presidente da Comissão de Energia do Senado e nós discutíamos esse assunto: a conservação de energia. A proposta inicial foi minha. Depois, foi retomada pelo Senador e por outros Parlamentares. Levou 11 anos. Mas ela, finalmente, está sendo sancionada.

Ela tem um significado muito grande, porque, esta manhã, estivemos reunidos aqui, na Câmara, que discute as questões da energia diante da crise pela qual estamos passando. E vimos o quanto a questão da energia vai continuar a ser uma preocupação para todos nós, não no sentido de que não temos condições de resolver, porque estamos resolvendo a crise. Enfrentamos a crise. Mas, de qualquer maneira, os que conhecem mais de perto os problemas de energia sabem que é necessário haver, também, uma mentalidade conservacionista. A energia custa, e, além do mais, a água não está sob nosso controle. Podemos guardar a água nos reservatórios e usar com mais prudência, mas sempre vamos depender da hidrologia.

Isso mostra que vamos ter, sempre, uma certa preocupação com o uso e o consumo da energia. E o que essa lei dispõe é justamente um conjunto de medidas a respeito do modo pelo qual se pode conservar melhor a energia. E ela já está produzindo alguns efeitos. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior já está, na sua área, levando adiante um programa de etiquetagem, com a cooperação do Inmetro. O Inmetro permite que se avalie o consumo efetivo de aparelhos e utensílios domésticos, de *freezers*, de ferros de passar roupa, lâmpadas, enfim, o conjunto dos instrumentos que são utilizados. Podemos, a partir dessa etiquetagem, saber se um aparelho é ou não redutor em comparação com outros que usam energia.

O programa está em marcha. Já há vários mecanismos que foram aprovados nessa direção. E isso é muito importante, porque são produtos que têm boa qualidade, até porque são exportáveis também. O mundo todo hoje quer saber de produtos com um consumo baixo de energia.

A experiência que tivemos nestes últimos meses, por dolorosa que tenha sido – e foi –, também teve uma lição positiva. Nós todos – todos, aqui, significam os cidadãos, as donas de casa, os que moram com as famílias, os que usam a luz, controlam a iluminação das ruas, o governo, o setor produtivo, o comércio – percebemos que havia desperdício. Se houve uma lição a ser tirada por todos nós é que há desperdício e é preciso combatê-lo. Há desperdício e muito, em muitos setores. Há desperdício na produção de grãos, por exemplo. Há desperdício na forma como se organiza a produção industrial. Há desperdício em tudo. Temos que combater o desperdício.

O desperdício da energia elétrica, viu-se agora, com essa experiência, era muito grande. Não há um brasileiro que não tenha tido a experiência de que pode consumir um pouco menos. Talvez só os mais pobres é que não pudessem, razão pela qual nós, aos que consomem menos de uma certa quantidade de kilowatts, dispensamos da poupança de energia. Assim mesmo eles pouparam. Pouparam porque tiveram o incentivo em termos de não pagar uma certa quantidade de energia gasta. Todo mundo poupou no Brasil. Mostrou que é possível poupar.

O impacto dessa redução de energia sobre a produção industrial foi infinitamente menor do que se imaginava no começo. Até agosto – o Ministro Pedro Parente acabou de confirmar este dado – não houve redução da produção industrial. E nós estávamos já em franco processo de redução do consumo. Isso aí demonstra a imensa plasticidade da sociedade brasileira, a capacidade que ela tem de se adaptar às circunstâncias. A verdade é que, de um jeito ou de outro, as empresas e as famílias foram capazes de criar condições para, dentro dessas dificuldades, levar a vida adiante.

Isso é um exemplo para todos nós e reforça a convicção que temos de que somos capazes de nos organizar para superar as dificuldades. Temos feito isso. Seria ilusório imaginar que, no mundo de hoje, pudéssemos prever um futuro sem dificuldades. Sempre haverá um ou outro obstáculo. E não há de ser porque aparece um obstáculo ou outro que se deva renegar o que já se fez para construir um Brasil melhor. Muito já foi feito para construir um Brasil melhor.

Ainda hoje, ao revisar aqui não apenas as metas, mas o que já está sendo feito em termos de implementação de oferta de energia eólica, de biomassa, de energia hidráulica, de energia térmica, o que se vê? Que a resposta do Brasil foi extraordinária.

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Embaixador Sérgio Amaral, recém-vindo para o Ministério, está numa área que é muito sensível a essa questão e notou, no final da reunião, o quanto é necessário mostrar aos investidores o que já está em marcha. Temos 22 usinas hidrelétricas em marcha e 32 termelétricas. Hoje, temos, na verdade, um sistema de controle que foi mostrado aqui, do avanço desse processo todo, que é absolutamente on line. Sabe-se, assim, sistematicamente o que está acontecendo para resolver os obstáculos. As coisas estão marchando. Um país que fez isso é um país que enfrenta essas crises, como enfrentou outras de outra natureza, com capacidade de superá-las. E não há de ser porque houve uma crise que se vai dizer: bom, então nada foi feito. Não. No campo da energia muita coisa foi feita.

Essa lei vem somar-se ao conjunto do que nós precisamos fazer, estamos implementando: é uma mudança de cultura, uma mudança de mentalidade. Resta saber que as coisas têm preço, que não se faz do dia para a noite, que é preciso haver um certo planejamento e é preciso tomar cuidado para não se jogar fora o esforço que já foi feito no passado, e que não se continue numa prática de, no presente, não tomar cuidado para que o que existe não seja melhor aproveitado.

De modo que eu queria felicitar o Congresso Nacional. Nominei o Senador Teotônio Vilela porque, de fato, a minha experiência no Senado foi com ele, com quem eu debati mais amiúde essas questões. Na Câmara nós temos longo trato de negociação. Quantos anos andamos discutindo isso? Nove anos.

Muito obrigado.